

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA BR TOWERS SPE1 S.A.

entre

BR TOWERS SPE1 S.A.

como Emissora

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

BR TOWERS S.A.

na qualidade de Interveniente Anuente

Datado de

11 de setembro de 2013

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA BR TOWERS SPE1 S.A.

Pelo presente instrumento particular:

BR TOWERS SPE1 S.A., sociedade anônima, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 14º andar, sala 3, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.206.371/0001-39, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sob o NIRE 35.300.445.350, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora”); e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente Emissão (“Debenturistas”), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”, e ainda

BR TOWERS S.A., sociedade anônima devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 14º andar, sala 2, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.078.903/0001-98, neste ato representada de acordo com seu estatuto social, doravante designada “Controladora Direta” ou “Interveniente Anuente”.

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da BR Towers SPE1 S.A. (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÃO

1. Autorização da Emissora

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral da Emissora em reunião realizada em 10 de setembro de 2013 (“AGE”), na qual foi deliberada a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições, além da constituição das Garantias (conforme abaixo definido), tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA II

REQUISITOS

2. A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura (“Emissão”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. Nos termos do art. 2º da Instrução CVM 400, do artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Emissão será registrada na CVM (“Oferta”).

2.2 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

2.2.1 A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“Código ANBIMA”). A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário comprovante de referido registro em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu deferimento.

2.3 Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários

2.3.1. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal O Dia, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão, após a inscrição desta Escritura nos termos da Cláusula 2.4.1. abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal O Dia, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Arquivamento da Escritura e Aditamentos na Junta Comercial do Estado de São Paulo

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma cópia do respectivo protocolo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis, e uma via original devidamente registrada da Escritura ou eventuais aditamentos em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data do registro na JUCESP.

2.5. Registro para Colocação Primária e Negociação Secundária

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6. Registro das Garantias

2.6.1. O registro dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) e eventuais aditamentos será realizado nos órgãos competentes nos termos dos respectivos contratos e da legislação aplicável.

2.6.2. Constituição da Alienação Fiduciária. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1.361 e disposições correlatas da Lei Federal brasileira nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”), a Alienação Fiduciária (conforme definido na Cláusula 4.6.1., subitem (i) abaixo) será celebrada por meio do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações”, sob condição suspensiva, entre a Controladora Direta, na qualidade de alienante fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de credor fiduciário em representação dos Debenturistas e a Emissora e o Sr. Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, na qualidade de intervenientes anuentes (tal contrato e seus aditamentos, “Contrato de Alienação”).

Fiduciária”), e será perfeitamente constituída e formalizada mediante o registro no livro de registro de ações nominativas da Emissora e o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.

2.6.3. Constituição da Cessão Fiduciária. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1.361 e disposições correlatas do Código Civil e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 4.6.1., subitem (iii) abaixo) será celebrada por meio do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Administração de Contas em Garantia”, sob condição suspensiva, entre a Emissora, na qualidade de cedente fiduciante, o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário e administrador de conta, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Controladora Direta, como interveniente anuente (tal contrato e seus aditamentos, “Contrato de Cessão Fiduciária”), e será perfeitamente constituída e formalizada mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.

2.6.4 Constituição da Cessão Fiduciária de Recursos. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1.361 e disposições correlatas do Código Civil e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, a Cessão Fiduciária de Recursos (conforme definido na Cláusula 4.6.1., subitem (ii) abaixo) será celebrada por meio do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito da 2ª Emissão e Administração de Contas em Garantia”, entre a Emissora, na qualidade de cedente fiduciante, o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário e administrador de conta, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (tal contrato e seus aditamentos, “Contrato de Cessão Fiduciária dos Recursos da 2ª Emissão” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária, “Contratos de Garantia”) e será perfeitamente constituída e formalizada mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária dos Recursos da 2ª Emissão nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a segunda emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão é de até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão depositados na Conta de Recursos (conforme abaixo definida), cedida fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Recursos da 2ª Emissão, e utilizados, nesta ordem, para (i) pagamento integral do saldo em aberto das debêntures objeto da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("1ª Emissão"); (ii) constituição da Conta Reserva de Amortização; (iii) investimento em bens de capital, construção, modernização e/ou reforço de torres e/ou *roof tops*; e (iv) redução de capital, cujos recursos serão utilizados pela Controladora Direta.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores (conforme abaixo definido), de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Segunda Emissão da BR Towers SPE1 S.A. ("Contrato de Distribuição"), para o valor total da Emissão, mediante observância do Plano de Distribuição descrito na Cláusula 3.5.2. abaixo.

3.5.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"):

3.5.2.1. As Debêntures serão colocadas utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" ou "Coordenador Líder"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), e em conjunto com o Santander e o Itaú BBA, "Coordenadores"), em conjunto com a Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar do prospecto preliminar de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da segunda emissão da Emissora, incluindo o Formulário de Referência (conforme abaixo definido) da Emissora ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo de distribuição

pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da segunda emissão da Emissora, incluindo o Formulário de Referência (conforme abaixo definido) da Emissora (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”), com informações sobre a Emissora e sobre a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2.2. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores da Oferta”), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos nos Prospectos.

3.5.2.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures.

3.5.3. A colocação das Debêntures junto ao público investidor somente terá início após (a) a publicação do aviso ao mercado contendo determinados termos e condições da Emissão e da Oferta, elaborado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) a disponibilização aos Investidores do Prospecto Preliminar; (c) a realização do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo); (d) a obtenção do registro da Oferta na CVM; (e) a obtenção do registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP; (f) a publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures (“Anúncio de Início”); e (g) a disponibilização, aos Investidores da Oferta, do Prospecto Definitivo.

3.5.4. No âmbito da Oferta, será realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (“Procedimento de Bookbuilding”), de forma a definir, de comum acordo com a Emissora a taxa final dos Juros Remuneratórios e quantidade de Debêntures a serem emitidas. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de Aditamento a esta Escritura de Emissão, o qual deverá ser inscrito na JUCESP, nos termos

da Cláusula 2.4.1 abaixo, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), nos termos da AGE.

3.5.5. O prazo para distribuição pública das Debêntures no âmbito da Oferta é de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação deste Anúncio de Início, inclusive, ou até a data de publicação do anúncio de encerramento de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da segunda emissão da Emissora (“Anúncio de Encerramento”), o que ocorrer primeiro.

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).

3.6.2 O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”).

3.7 Objeto Social da Emissora

3.7.1 De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (a) a locação, no todo ou em parte, de equipamentos próprios para exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (b) a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (c) a construção de equipamentos necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (d) empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis; e (e) a participação no capital de outras sociedades.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Data de Emissão: Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2013 (“Data de Emissão”).

4.1.2 Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3 Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real tão logo seja cumprida a Condição Suspensiva, em conformidade com as Cláusulas 4.6.2 e 4.6.3 abaixo.

4.1.3.1 As Partes deverão celebrar aditamento a presente Escritura e submetê-lo a registro perante a JUCESP (“Aditamento para Convolação”), para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografárias para a espécie com garantia real, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que a Condição Suspensiva for satisfeita.

4.1.3.2 Fica desde já estabelecido que não será necessária nova aprovação societária pela Emissora ou a realização de AGD (conforme abaixo definido) para a aprovação do Aditamento para Convolação e consequente convolação da espécie das Debêntures para com garantia real.

4.1.4 Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2023 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses: (i) de resgate antecipado previstas na Cláusula 4.2.2.2.3 e na Cláusula V abaixo; e (iii) de decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Cláusula VI abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (conforme abaixo definido) ainda não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e demais encargos devidos.

4.1.6 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.7 Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a serem emitidas será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2 Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das Debêntures

4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização Monetária (conforme definida na Cláusula 4.2.2. abaixo) e pelos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.2.3. abaixo).

4.2.2 Atualização Monetária: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (“Atualização Monetária”) a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente e, imediatamente após a primeira Data de Amortização, ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = valor nominal unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal unitário da emissão ou saldo do valor nominal unitário da debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “ k ”;

Dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número índice do IPCA, sendo “ dup ” um número inteiro;

Dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “ dut ” um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão.

i. O número índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

iv. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o pro rata do último Dia Útil anterior.

4.2.2.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.2.2 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.1, 4.2.2.2, 4.2.2.3 abaixo.

4.2.2.2.1 No décimo dia contado da ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA ou no dia da extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva IPCA”). A AGD será realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados de sua convocação. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

4.2.2.2.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.2.3 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva do IPCA entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 abaixo, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da referida AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.2.2.2.4 O resgate descrito acima, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.2.2.2.5 A CETIP e o Escriturador Mandatário, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata a Cláusula 4.2.2.2.3. acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.2.3 A Atualização Monetária das Debêntures será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e na proporção do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, sempre que este for devido.

4.2.4 Juros Remuneratórios: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Juros Remuneratórios”), a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B com vencimento em 15 de agosto de 2022 (“NTN-B 2022”), taxa essa a ser apurada 3 (três) dias úteis antes da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (“Data de Apuração”), pela média aritmética das negociações das NTN-B 2022 nos 3 (três) dias úteis anteriores à Data de Apuração. Os Juros Remuneratórios das Debêntures incidirão sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data

de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.

4.2.4.1 O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNa = valor nominal unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;
- DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.2.4.2 Observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante de resgate antecipado previsto na Cláusula 4.2.2.2.3 acima ou nos termos da Cláusula V desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, conforme aplicável). Os Juros Remuneratórios das Debêntures incidirão sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável.

4.2.4.3 Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais ou feriados no Município e/ou Estado de São Paulo.

4.2.4.4 Para fins da presente Escritura, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.2.4.5 Para fins da presente Escritura, o período de capitalização dos Juros Remuneratórios (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.3 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais, todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho, outubro, a partir de 15 de janeiro de 2014, inclusive, conforme percentuais sobre o Valor Nominal Unitário (não atualizado monetariamente) descritos na tabela abaixo (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”), ressalvada a hipótese de ocorrência de resgate prevista na Cláusula 4.2.2.2.3 acima, do resgate antecipado facultativo previstas na Cláusula V abaixo e de decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Cláusula VI abaixo:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
15 de janeiro de 2014	0,49%
15 de abril de 2014	0,61%
15 de julho de 2014	0,75%
15 de outubro de 2014	0,84%
15 de janeiro de 2015	0,92%
15 de abril de 2015	1,10%
15 de julho de 2015	1,25%
15 de outubro de 2015	1,34%
15 de janeiro de 2016	1,44%
15 de abril de 2016	1,60%
15 de julho de 2016	1,72%
15 de outubro de 2016	1,82%
15 de janeiro de 2017	1,87%
15 de abril de 2017	1,97%
15 de julho de 2017	2,11%
15 de outubro de 2017	2,17%

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
15 de janeiro de 2018	2,22%
15 de abril de 2018	2,32%
15 de julho de 2018	2,41%
15 de outubro de 2018	2,42%
15 de janeiro de 2019	3,19%
15 de abril de 2019	3,25%
15 de julho de 2019	3,33%
15 de outubro de 2019	3,33%
15 de janeiro de 2020	3,18%
15 de abril de 2020	3,24%
15 de julho de 2020	3,28%
15 de outubro de 2020	3,30%
15 de janeiro de 2021	3,32%
15 de abril de 2021	3,37%
15 de julho de 2021	3,45%
15 de outubro de 2021	3,45%
15 de janeiro de 2022	3,47%
15 de abril de 2022	3,52%
15 de julho de 2022	3,60%
15 de outubro de 2022	3,60%
15 de janeiro de 2023	3,62%
15 de abril de 2023	3,66%
15 de julho de 2023	3,73%
15 de outubro de 2023	3,74%
Total:	100,00%

4.3.2 Conforme estabelecido na cláusula 4.2.3 desta Escritura, de modo que a Amortização do Valor Nominal Unitário englobe o pagamento da Atualização Monetária, o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado trimestralmente será atualizado desde a Data de Emissão (inclusive) até a data da respectiva amortização (exclusive), pelo IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.4 Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1 Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos trimestralmente a partir da Data de Emissão, todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho, outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”), ressalvada a hipótese de ocorrência de resgate prevista na Cláusula 4.2.2.2.3 acima, oferta de resgate antecipado previstas na Cláusula V abaixo e de decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Cláusula VI abaixo.

4.5 Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento por intermédio (a) da CETIP; e/ou (b) dos procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”).

4.6 Garantias

4.6.1 As Debêntures terão como garantias (“Garantias”):

(i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Emissora, correspondentes, nesta data, a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Emissora (“Ações”), de titularidade da Controladora Direta, incluindo as ações ordinárias presentes ou futuras que venham a ser atribuídas à Controladora Direta a partir desta data, inclusive (i) a única ação da qual é titular o Sr. Antonio Carlos ou seu eventual sucessor legal, a qual, será transferida para a Controladora Direta; e (ii) toda e qualquer ação da Emissora que venha a ser de titularidade de qualquer novo acionista, por meio de subscrição, por força de desdobramento ou agrupamento ou exercício de direito de preferência das Ações, distribuição de bonificação de ações, conversão de títulos e valores mobiliários, bem como todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações, em razão de cancelamento das Ações, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Ações Adicionais”), e todos os dividendos, inclusive dividendos em dinheiro ou outros recursos ou bens, lucros, bônus, rendimentos, recursos, direitos, distribuições, juros sobre capital próprio e todas as demais quantias recebidas, a receber ou de outra forma distribuídas mediante qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações e/ou das Ações Adicionais, e quaisquer bens nos quais as Ações e/ou das Ações Adicionais forem convertidas (incluindo quaisquer depósitos, valores mobiliários ou instrumentos negociáveis), e todas as demais quantias pagas ou a serem pagas nos termos de ou em relação a qualquer das Ações e/ou das Ações Adicionais, salvo (a) pela hipótese de redução do capital social prevista na Cláusula 3.4 acima; e (b) pela hipótese de distribuição de dividendos conforme permitida na Cláusula 6.1 (q) (i) abaixo (“Alienação Fiduciária”);

(ii) Cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora sobre os valores mantidos na conta para depósito nº 14102-7, da agência 8541, do Banco Itaú Unibanco S.A. (“Conta de Recursos”), na qual serão depositados todos os recursos decorrentes da Oferta, para pagamento integral do saldo em aberto relativo às debêntures da 1ª Emissão, sendo certo que após o resgate das debêntures da 1ª Emissão, o saldo remanescente deverá ser utilizado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Recursos da 2ª Emissão (“Cessão Fiduciária dos Recursos”);

(iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, de todos os direitos da Emissora sobre os valores mantidos ou a serem depositados nas seguintes contas bancárias: (i) conta para depósito do montante decorrente dos Recebíveis Vivo (conforme definido abaixo), nº 14103-5 da agência 8541, Banco Itaú Unibanco S.A. (“Conta Depósito”); (ii) conta vinculada que deverá conter montante necessário para o pagamento dos valores devidos na Data de Amortização vincenda imediatamente subsequente, incluindo Valor Nominal Unitário, Atualização e Juros Remuneratórios, nº 14104-3 da agência 8541, Banco Itaú Unibanco S.A. (“Conta Reserva de Amortização”); e (iii) conta vinculada nº 14105-0 da agência 8541, Banco Itaú Unibanco S.A., que será ativada apenas na hipótese da Cláusula 6.1., subitem (v) (ii) abaixo (“Conta de Complementação ICSD” e, em conjunto com a Conta de Recursos, Conta Depósito e a Conta Reserva de Amortização, “Contas de Garantia”), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (“Cessão Fiduciária”), nas quais transitarão os Recebíveis Vivo. Para fins dessa Escritura, “Recebíveis Vivo” compreendem:

(a) todos os direitos de crédito, direitos a receitas, reivindicações e recebíveis da Emissora, presentes ou futuros (incluindo os Direitos Adicionais, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), oriundos da cessão do direito de uso das infraestruturas que compõem as Torres e *Roof Tops*, no âmbito dos contratos de cessão de uso de infraestrutura celebrados em 27 de setembro de 2012 entre a Emissora e a Vivo S.A. (“Vivo”), conforme listados no Anexo 1.2.(A) do Contrato de Cessão Fiduciária (“Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo”);

(b) todos os direitos de crédito, direitos a receitas, reivindicações e recebíveis da Emissora, presentes ou futuros (incluindo os Direitos Adicionais, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) (i) oriundos dos contratos de compartilhamento de infraestrutura celebrados entre a Vivo e outras operadoras de telecomunicações, existentes na Data de Emissão, e que serão cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Venda e Compra; (ii) oriundos dos contratos de cessão de uso de infraestrutura a serem celebrados entre a Emissora e operadoras de telecomunicações, inclusive a Vivo; e (iii) oriundos dos contratos cujo objeto seja idêntico ou similar aos contratos mencionados no inciso (ii) acima, conforme listados no anexo 1.2.(A) do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aditado de tempos em tempos (“Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras”). Não estão aqui incluídos quaisquer valores repassados para a Emissora pela Vivo e/ou por qualquer outra operadora de telecomunicações, em razão dos Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo e/ou Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras, respectivamente, relacionados aos valores de locação de solo e/ou imóveis (“Recebíveis de Solo”), nos termos do quanto referenciado no Contrato de Cessão Fiduciária;

(c) todos os valores recebidos pela Emissora como pagamento de indenização em razão dos seguros contratados para o Portfolio de Torres/*Roof Tops*; e

(d) todos os valores recebidos, ou que venham a ser recebidos, pela Emissora, em razão de indenizações (i) pagas pela Vivo, nos termos dos Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo e/ou dos Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras e/ou dos Contratos de Venda e Compra de Bens Móveis e Outras Avenças celebrados entre a

Emissora e a Vivo, em 31 de agosto de 2012 (“Contratos de Venda e Compra”); e/ou (ii) pagas pelas respectivas contrapartes da Emissora, nos termos dos Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras, excetuando-se valores de indenizações relacionados exclusivamente aos Recebíveis de Solo, conforme termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

4.6.2 Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a constituição da Alienação Fiduciária e da Cessão Fiduciária está sujeita ao integral cumprimento das obrigações oriundas da 1ª Emissão, conforme Cláusula 6.1.1(ii) da escritura da 1ª Emissão, qual seja, o pagamento do saldo do valor unitário das Debêntures da 1ª Emissão, acrescido dos juros remuneratórios, prêmio e demais encargos devidos na data de resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Cláusula 6.1.2.1 da escritura da 1ª Emissão (“Condição Suspensiva”).

4.6.3 Condição Suspensiva deverá ser atendida em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Emissão, sob pena de caracterização de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos desta Escritura.

4.6.4 Mediante a ocorrência dos eventos relacionados nas respectivas cláusulas de condição suspensiva do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, as garantias descritas nas Cláusulas 4.6.1., subitem (i) e 4.6.1., subitem (iii) acima passarão a ser válidas e eficazes. A validade e eficácia da garantia descrita na Cláusula 4.6.1., subitem (ii) acima é concomitante à assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária dos Recursos da 2ª Emissão e seu registro junto ao competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

4.7 Prorrogação dos Prazos

4.7.1 Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8 Encargos Moratórios

4.8.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VI desta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros de mora calculados *pro rata temporis*, à taxa de 1% (um

por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; (b) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (c) despesas incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”).

4.9 Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, atualizado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura (“Preço de Subscrição das Debêntures”).

4.10 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição das Debêntures de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.11 Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12 Publicidade

4.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal O Dia, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.brtowers.com/spe1) (“Avisos aos Debenturistas”), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 400 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

4.13 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1 Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.14 Liquidez e Estabilização

4.14.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures

4.15 Imunidade de Debenturistas

4.15.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.15.2 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.1. acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula 4.15.2., deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.15.3 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.15.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.16 Classificação de Risco

4.16.1 A Emissora contratou a Fitch Ratings (“Agência de Classificação de Risco”) para elaboração do relatório de classificação de risco das Debêntures e para revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures. A Agência de Classificação de Risco atribuiu o *rating* AA(bra) às Debêntures.

4.17 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.17.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicação

realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.18 Aquisição Facultativa

4.18.1 À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, e dos Encargos Moratórios, se for o caso (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.18.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.19 Amortização Extraordinária

4.19.1 Não haverá amortização extraordinária das Debêntures.

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

5.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e a seu exclusivo critério, a partir de 15 de outubro de 2018, inclusive, e somente a cada dia útil imediatamente posterior a uma Data de Amortização, conforme cronograma previsto na Cláusula 4.3 acima, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado”).

5.1.2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12 acima (“Comunicação de Resgate Antecipado”), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data efetiva do Resgate Antecipado (“Data de Resgate Antecipado”); (b) menção ao preço unitário de resgate

antecipado das Debêntures (“ $PU_{resgate}$ ”), a ser calculado de acordo com o subitem 5.1.3 abaixo, e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

5.1.3. O $PU_{resgate}$ a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado será o maior valor entre (A) e (B) abaixo:

- (A) Valor Nominal Unitário Atualizado ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, corrigidos conforme Atualização Monetária até a Data do Resgate Antecipado, inclusive, e acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, conforme aplicável, até a respectiva Data do Resgate Antecipado; e
- (B) a soma (i) do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, corrigidos conforme Atualização Monetária até a Data do Resgate Antecipado, inclusive; (ii) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, conforme aplicável, até a respectiva Data do Resgate Antecipado e (iii) dos Juros Remuneratórios não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado até a Data de Vencimento; trazidos a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado utilizando-se uma taxa percentual ao ano (“Taxa de Desconto”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que corresponderá à soma exponencial (a) da média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B com vencimento em 15 de agosto de 2022 (“NTN-B 2022”), apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado e (b) de uma sobretaxa (*spread*) cujo percentual será definido nos termos da Cláusula 5.1.3.1 abaixo, que pode ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$PU_{resgate} = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VNE_k}{FVP_k} \times C_{resgate} \right)$$

Onde:

VNE_k = valor de cada uma das parcelas vincendas “k” das Debêntures, sendo o valor de cada parcela “k” equivalente ao valor de cada parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, definida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*;

N = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures, sendo um número inteiro;

$C_{resgate}$ = valor da variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado IBGE, calculado com oito casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data de Resgate Antecipado;

FVPk = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com nove casas decimais, com arredondamento:

$$FVPk = [(1 + NTN\ 2022) \times (1 + spread)]^{(nk/252)}$$

nk = número de Dias Úteis entre a Data de Resgate Antecipado, exclusive, e a Data de Amortização programada de cada parcela “k” vincenda inclusive.

5.1.3.1 O percentual da sobretaxa a que se refere a Cláusula 5.1.3, (B), (iii), (b) acima será de (i) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano se o resgate acontecer entre 15 de outubro de 2018, inclusive e 15 de outubro de 2019, exclusive, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (ii) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano se o resgate acontecer entre 15 de outubro de 2019, inclusive e 15 de outubro de 2020, exclusive, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (iii) 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano se o resgate acontecer entre 15 de outubro de 2020, inclusive e 15 de outubro de 2021, exclusive, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (iv) 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano se o resgate acontecer entre 15 de outubro de 2021, inclusive e 15 de outubro de 2022, exclusive, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (v) 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano se o resgate acontecer entre 15 de outubro de 2022, inclusive e 15 de outubro de 2023, exclusive, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

5.1.4. Caso a NTN\ citada no item (B) acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado, a mesma será substituída por outra NTN\ que tiver o prazo médio ponderado (*duration*), calculado conforme metodologia definida na Resolução CMN nº 3.947 (“Prazo Médio Ponderado”), mais próximo ao Prazo Médio Ponderado remanescente para o vencimento das Debêntures.

5.1.5. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado serão obrigatoriamente canceladas e o pagamento do Preço de Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto na Cláusula 4.5 acima.

5.1.6. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a operacionalização do Resgate Antecipado, seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.1.7. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

5.1.8. A data para realização do Resgate Antecipado no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ocorrer em um Dia Útil.

CLÁUSULA VI

VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nesta Cláusula VI, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme aplicável), com a devida Atualização Monetária e acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável), até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Vencimento Antecipado”), observados os termos da Cláusula 6.1.1 desta Escritura de Emissão:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária em favor dos Debenturistas relacionada às Debêntures, à esta Escritura e/ou aos Contratos de Garantia, na respectiva data de vencimento, que não seja sanado em até 1 (um) Dia Útil contado da data do inadimplemento;
- (b) se a Emissora inadimplir qualquer obrigação não pecuniária relacionada a esta Emissão, inclusive aquelas previstas nos Contratos de Garantia, desde que tal descumprimento não seja sanado (i) no prazo de cura específico definido nos respectivos instrumentos; ou (ii) caso não haja prazo específico, em até 15 (quinze) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (c) solicitação de moratória, solicitação de suspensão geral do pagamento, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou pedido ou decretação de falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora ou por sua controladora;
- (d) pedido de falência da Emissora ou de sua controladora, não elidido no prazo legal;
- (e) extinção, liquidação, dissolução ou insolvência da Emissora ou de sua controladora;
- (f) verificação de falha, erro, incorreção ou descumprimento de qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, inclusive, mas não se limitando às declarações previstas na Cláusula VII;
- (g) protesto legítimo de títulos em montante total, individual ou agregado de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável,

ainda que na condição de garantidora, cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo legal ou, caso não haja prazo legal definido, em 15 (quinze) dias;

(h) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária que não as estabelecidas na letra (a) acima, que não configure Endividamento (conforme abaixo definido), no valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, observado eventual prazo de cura aplicável;

(i) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária que não as estabelecidas na letra (a) acima, que configure Endividamento (abaixo definido), no valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, observado eventual prazo de cura aplicável;

(j) alienação, oneração ou qualquer outra forma de disposição, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, pela Emissora, de ativos permanentes com valor agregado igual ou acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(k) (i) cancelamento, revogação ou rescisão pela Emissora, desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, e/ou pela Controladora Direta, do Contrato de Alienação Fiduciária; ou (ii) caso a exequibilidade de qualquer desses instrumentos seja contestada pela Emissora e/ou pela Controladora Direta, no caso do Contrato de Alienação Fiduciária, ou ainda, (iii) caso a Emissora e/ou a Controladora Direta negue ter responsabilidade, respectivamente, sobre quaisquer desses instrumentos e sobre o Contrato de Alienação Fiduciária; em cada caso, de forma que tal evento afete de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;

(l) caso a presente Escritura ou as Debêntures sejam declaradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva;

(m) caso a presente Escritura ou as Debêntures sejam declaradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por (i) decisão arbitral não definitiva; ou (ii) por decisão judicial não transitada em julgado, incluindo medida liminar ou cautelar;

(n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) fusão, incorporação ou cisão da Emissora, ou qualquer forma de reorganização societária que envolva a Emissora, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em AGD convocada para este fim;

(p) alteração da classificação de risco (*rating*) que tenha sido eventualmente atribuída às Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16.1, para classificação de risco que seja inferior a AA-(bra) (dois notches abaixo da classificação inicial) pela Fitch Ratings, em escala nacional;

(q) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora quando (a) a Emissora estiver em mora perante os titulares das Debêntures; ou (b) caso tal pagamento implique em descumprimento dos índices e obrigações estabelecidas no subitem “(i)” abaixo; ou (c) estiver em curso um Evento de Vencimento Antecipado, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(i) A Emissora somente poderá distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio caso atenda ao disposto no item (q) acima e nos trimestres em que ICSD estiver superior a 1,30, inclusive, sendo certo que o valor a ser distribuído não poderá fazer com que o ICSD *proforma*, calculado excluindo-se o montante de dividendos ou juros sobre capital próprio a ser realizado da posição de Caixa e equivalente do início do período (não considerando a Conta Reserva de Amortização, no início do período), pós realização do pagamento de dividendos seja inferior a 1,30.

(ii) Observada a restrição prevista acima, a Emissora obriga-se a apenas efetuar a distribuição de dividendos anualmente, observado, contudo, que a Emissora terá o direito de solicitar ao Agente Fiduciário a distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, com base nos resultados apurados em período inferior ao exercício fiscal da Emissora (em periodicidade nunca inferior à trimestral), desde que esta comprove ao Agente Fiduciário, por meio da apresentação de (a) correspondência emitida pela Emissora evidenciando os cálculos dos índices acima, certificada por uma empresa de auditoria independente contratada pela Emissora; ou (b) correspondência emitida por empresa de auditoria independente contratada pela Emissora, ambas com relação ao cumprimento do ICSD previsto no inciso “(i)” deste item (q), considerando as informações constantes das últimas quatro demonstrações financeiras consolidadas trimestrais auditadas disponíveis na data de referida solicitação.

(r) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva contra a Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu contravalor em outras moedas;

(s) caso (i) os aditamentos aos Contratos de Garantia não sejam devidamente registrados perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; (ii) a Cessão Fiduciária de Recursos deixe de ser válida e/ou exequível; (iii) a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária não se tornem válidas e/ou exequíveis após o

cumprimento das respectivas condições suspensivas; e (iv) a Alienação Fiduciária e/ou a Cessão Fiduciária deixem de ser válidas e/ou exequíveis;

(t) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, sem que haja anuência prévia por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em AGD, especialmente convocada para esse fim, exceto (i) pela redução do capital social da Emissora no valor de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e dentro do prazo de 1 (um) mês a contar da data de liquidação das Debêntures; e (ii) por eventuais absorções de prejuízos contábeis;

(u) transferência, por qualquer meio, inclusive por alienação, do atual controle direto ou indireto da Emissora sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em AGD, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) (i) não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida apurado conforme Cláusula 6.1.7 abaixo (“ICSD”), por mais de dois trimestres não consecutivos, de, no mínimo, 1,10 (um inteiro e dez centésimos); ou (ii) caso, em qualquer trimestre de apuração, o ICSD apurado esteja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, e a Emissora ou sua Controladora Direta não depositem na Conta de Complementação do ICSD o valor necessário para que o ICSD modificado, considerando o saldo da Conta de Complementação de ICSD no numerador da fórmula na Cláusula 6.1.7 abaixo (“ICSD Modificado”), atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) no referido trimestre, considerando o saldo da Conta de Complementação do ICSD no numerador da fórmula indicada na Cláusula 6.1.7 abaixo. Exclusivamente para fins da presente hipótese de vencimento antecipado, o primeiro trimestre de apuração do ICSD será o trimestre findo em 31 de março de 2014;

(w) caso a Emissora contrate novos Endividamentos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(x) caso a Emissora, na qualidade de mutuante, celebre novos contratos de mútuo com empresas controladoras (ou do grupo de controle) da Emissora ou a ela coligadas, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Fica ressalvada a formalização de contrato(s) de mútuo com quaisquer outras empresas integrantes do grupo econômico da Emissora, no valor total, em uma ou mais operações, de até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), inclusive, sendo certo que (i) o mútuo somente poderá ser realizado nos trimestres em que o ICSD seja superior a 1,30; e (ii) o montante de mútuo a ser realizado no trimestre não faça com que o ICSD *proforma*, calculado excluindo-se o montante de mútuo a ser realizado da

posição de Caixa e equivalente do início do período (não considerando a Conta Reserva de Amortização, no início do período), seja inferior 1,30;

(y) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar no seu setor;

(z) autuações fiscais da Emissora, cujo valor não pago em valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), cuja eficácia não tenha sido suspensa por decisão judicial ou contestada no devido prazo legal;

(aa) constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das ações de emissão da Emissora, com exceção da Alienação Fiduciária; e

(bb) caso, em qualquer trimestre, com base no balanço patrimonial, o quociente da divisão entre (i) no numerador, o capital social integralizado; e (ii) no denominador, o total do passivo e patrimônio líquido seja inferior a 30% (trinta por cento) (“Índice de Alavancagem”).

6.1.1. Na ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados na Cláusula 6.1 nas alíneas (a), (c), (d), (e), (i), (j), (k), (l), (n), (o), (q), (r), (s), (t), (u), (w), (x) e (aa), o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures independentemente de qualquer outro procedimento. Nas demais hipóteses, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência da ocorrência do referido evento, convocar AGD para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.1.1.1 abaixo.

6.1.1.1. A AGD a que se refere a Cláusula 6.1.1 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável.

6.1.1.2. Não se realizando a AGD, conforme disposto na Cláusula 6.1.1.1 supra, na data originalmente estabelecida para sua realização, será convocada nova AGD, a qual deverá seguir o quórum de instalação em segunda convocação previsto na Cláusula 9.2 abaixo.

6.1.1.3. Na hipótese: (i) da não instalação, em segunda convocação, da referida AGD; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.1.1.1 acima, seja em primeira ou em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Escriturador Mandatário.

6.1.2. Observado o disposto nesta Cláusula VI, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, inclusive), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, exclusive) até a data do efetivo pagamento, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XI desta Escritura ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula XI desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.1.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá tomar todas as medidas necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, assim como para execução dos Contratos de Garantia.

6.1.4. O resgate das Debêntures de que trata a Cláusula 6.1.2. acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da (i) CETIP, com relação às Debêntures que estejam lá custodiadas eletronicamente; ou (ii) do Agente Escriurador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto na Cláusula 6.1.1.3. acima.

6.1.4.1. A CETIP e o Agente Escriurador, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.1.5. Os valores mencionados nas alíneas (g), (h), (i), (j), (r), (w), (x) e (z) da Cláusula 6.1. acima, serão atualizados anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA.

6.1.6. Para fins dos itens “(h)”, “(i)” e “(w)”, desta Cláusula 6.1, Endividamento é definido como: todas as dívidas financeiras individuais da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo (i) empréstimos e financiamentos com terceiros; (ii) emissão de títulos de renda fixa, tais como, mas não se limitando a debêntures ou notas promissórias, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional; e (iii) outros instrumentos de dívida que estabeleçam o cumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, tais como, mas não se limitando a avais ou fianças prestadas pela Emissora.

6.1.7. Para fins da Cláusula VI, o ICSD é definido como o quociente resultante da seguinte equação:

$$\text{ICSD} = A / B$$

onde:

- a. no numerador, com base nas Demonstração dos fluxos de caixa, a soma entre (i) o Fluxo de Caixa Operacional do trimestre; o (ii) Fluxo de Caixa de Investimento do trimestre; e (iii) a posição de Caixa e equivalente do início do período (não considerando a Conta Reserva de Amortizações, no início do período); e
- b. no denominador, com base nas Demonstração dos fluxos de caixa, a soma entre (i) o módulo do pagamento da amortização de Principal no trimestre de toda e qualquer dívida contraída pela Emissora e (ii) o módulo do pagamento de Juros no trimestre de qualquer dívida contraída pela Emissora.

6.1.8. O ICSD será apurado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme o caso, da Emissora.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a:

- (a) notificar o Agente Fiduciário em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (b) adotar todas as medidas necessárias e aplicáveis para manter sempre válidas, eficazes e em pleno vigor as outorgas, autorizações, aprovações, licenças (inclusive ambientais) e consentimentos aplicáveis e relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras e necessárias para que o desenvolvimento das atividades da Emissora não seja material e adversamente afetado, inclusive as necessárias para que a

Emissora cumpra com as obrigações previstas na presente Escritura e nos Contratos de Garantia (“Licenças”), exceto (i) caso a Emissora obtenha decisão que permita a regular continuidade das suas atividades apesar da perda, do cancelamento, da revogação ou da suspensão de qualquer das Licenças, sendo que a Emissora deverá informar, por escrito, ao Agente Fiduciário, eventual perda, cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer das Licenças, tão logo tenha ciência da perda, do cancelamento, da revogação ou da suspensão, e (ii) quanto às Licenças que, na data desta Escritura, não estejam válidas, eficazes, regulares e em pleno vigor, com relação às quais a Emissora obriga-se a empenhar seus melhores esforços para regularização no menor tempo possível, conforme previsto neste item;

(c) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

(d) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;

(e) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o conhecimento da ocorrência do evento;

(f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça ;

(g) não conceder empréstimos para controladoras, partes relacionadas, ou terceiros, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Escritura, especialmente na Cláusula 6.1 (x);

(h) aplicar integralmente os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura e nos Prospectos;

(i) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia ou pela CETIP ;

(j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(k) entregar a comprovação da obtenção e devido arquivamento na Junta Comercial competente das aprovações necessárias para a celebração desta Escritura, para que as Debêntures sejam emitidas e para a celebração dos Contratos de Garantia, as quais deverão ter sido apresentadas para registro na Junta Comercial competente, mediante entrega do respectivo protocolo ao Agente Fiduciário, antes da liquidação financeira das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura e registro dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes;

(l) entregar ao Agente Fiduciário:

(i) informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas, ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes acompanhado do (b) relatório trimestral demonstrando (1) a apuração dos índices financeiros previstos no item “(v)” da Cláusula 6.1, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração; e (2) se for o caso, a memória de cálculo para apuração do valor necessário para que o ICSD *Modificado* atinja o valor de 1,20 (um inteiro e dois décimos), nos termos do item “(v)” da Cláusula 6.1 (“Relatório Trimestral”), e (c) declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, acompanhado do (b) Relatório Trimestral;

(iv) dentro de, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis após cada Data de Amortização, a memória de cálculo do valor projetado para pagamento dos valores devidos na Data de Amortização seguinte à data de apuração, sendo que, dentro de 2 (dois) Dias Úteis após o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da 1ª Emissão, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário a memória de cálculo do valor projetado para pagamento dos valores devidos na primeira Data de Amortização (“Relatório do Valor Projetado”).

(v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva

obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento;

(vi) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e

(viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do conhecimento do descumprimento.

(m) manutenção, a cada trimestre de apuração, do montante requerido na Conta Reserva de Amortização e na Conta de Complementação ICSD, exceto se a Emissora complementar o saldo de cada uma das referidas contas, nos termos e prazos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária;

(n) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 6.1. acima;

(o) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(p) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;

(q) contratar anualmente durante o prazo de vigência das Debêntures uma agência classificadora de risco a ser escolhida pela Emissora dentre Fitch Ratings, para obtenção de “*rating*”, para:

(i) manter atualizado anualmente o relatório de classificação de risco das Debêntures, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;

(ii) assegurar que seja entregue à CVM, ao Agente Fiduciário e à ANBIMA e, que seja divulgado na página da rede mundial de computadores da Emissora, os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data

de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e

(iii) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, ou caso a agência classificadora de risco coloque o *rating* da Emissora em observação;

(r) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis vigentes no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora e que não poderá exceder 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;

(s) manter em adequado funcionamento um departamento para atender os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(t) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir com as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(u) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;

(v) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) Escriturador Mandatário; (ii) Banco Liquidante; (iii) Agente Fiduciário; (iv) Agência Classificadora de Risco; e (v) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21).

(w) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;

(x) enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;

- (y) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados nos Contratos de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (z) constituir e garantir a manutenção de cada uma das Contas de Garantia, nos termos dos Contratos de Garantia, com saldo mínimo adequado conforme estabelecido nesta Escritura;
- (aa) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas acerca das Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos de Garantia, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dos Contratos de Garantia;
- (bb) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Obrigações Garantidas, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam afetar de maneira adversa as Obrigações Garantidas;
- (cc) sempre observar as condições de mercado nos casos de contratos firmados entre partes que sejam consideradas relacionadas da Emissora;
- (dd) não realizar repasses trimestrais à Controladora Direta com valor superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) no âmbito do Contrato de Rateio de Custos e Despesas Administrativas, celebrado em 1º de março de 2013, entre a Emissora, a Controladora Direta e a Sitesharing BRTW S.A. (atual denominação de BR Towers SPE2 S.A.), o qual foi aditado para adesão da BR Towers SPE3 S.A. O valor dos repasses trimestrais será corrigido pelo IPCA, considerado para fins deste cálculo a variação *pro rata die* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de distribuição de dividendos e/ou a data de pagamento da saída de caixa para a controladora direta, respectivamente, exclusive (“Saída de Caixa para Controladora Direta”). A Saída de Caixa para Controladora Direta acumulada nos últimos 12 (doze) meses, incluindo a data em questão, não poderá ultrapassar o valor correspondente calculado pela regra acima;
- (ee) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Emissão, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (ff) abster-se, até o envio do Anúncio de Encerramento, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados à realização da Emissão;

(gg) promover a atualização de seu formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 6 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM (“Formulário de Referência”), nos termos da Instrução CVM 480, caso isso seja necessário para refletir, na Data de Emissão das Debêntures, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes sobre as atividades e situação econômico-financeira da Emissora, bem como dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes;

(hh) registrar e manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário junto à CETIP, durante o prazo de vigência da Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

(ii) proceder com as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, sob pena do pagamento de Indenização, nos termos da Cláusula 11.8 abaixo, salvo nos casos em que, de boa-fé e sem prejuízo da continuidade de suas atividades, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade de tal determinação nas esferas administrativa ou judicial;

(jj) autorizar os Coordenadores, nos limites da legislação em vigor e de acordo com as práticas de mercado, a divulgar a Emissão por qualquer meio, inclusive mediante a utilização de materiais de *marketing* com a logomarca da Emissora, e cooperar com os Coordenadores em todos os aspectos relativos a tal divulgação, a qual deverá ser previamente aprovada pela Emissora mas não poderá ser negada injustificadamente;

(kk) a Emissora obriga-se a: (i) não ceder os Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo em favor de qualquer terceiro, exceto se de outra forma for aprovado por escrito pelos Debenturistas na forma prevista na Cláusula 10.4. em até 30 (trinta) dias contados da notificação devidamente recebida da Emissora pelo Agente Fiduciário, observado que o silêncio dos Debenturistas por um prazo superior a 30 (trinta) dias, será considerado aprovação tácita em relação à cessão aqui prevista: e (ii) não encerrar a Conta Depósito sem a anuência prévia do Agente Fiduciário;

(ll) a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva ciência, a intenção de qualquer das operadoras de telecomunicações em depositar os recebíveis devidos por tais operadoras à Emissora em conta diversa da Conta Depósito e a conta indicada por tais operadoras;

(mm) a Emissora obriga-se a informar à Vivo os dados da Conta Depósito para que sejam nela depositados os recebíveis oriundos dos contratos de cessão de uso ou compartilhamento de infraestrutura já existentes, nos termos do Contrato de Venda e Compra; e

(nn) a Emissora obriga-se a entregar ao Agente Fiduciário, até 31 de dezembro de 2013, todos os contratos de compartilhamento e/ou cessão de uso celebrados com cada inquilino (que não a Vivo), bem como os contratos celebrados com os proprietários dos imóveis objeto dos Contratos de Locação, que tenham sido firmados diretamente pela Emissora ou cedidos pela Vivo, nos termos dos Contratos de Compra e Venda de Bens Móveis e Outras Avenças.

CLÁUSULA VIII

AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”) para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura, assim como eventuais Aditamentos e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28, exceto aquelas mencionadas no Anexo I desta Escritura de Emissão;
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I à presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas; e
- (n) as pessoas que representam o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura têm poderes para tanto.

8.2.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 8.2.1 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.3. Remuneração do Agente Fiduciário

8.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada uma, sendo a primeira devida em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

8.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, com exceção do primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

8.3.1.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a sua emissão, ou em caso de participação do Agente Fiduciário em reuniões ou conferências telefônicas, ou ainda em caso de realização de aditamentos a esta Escritura ou constituição de garantias, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a: (a) assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora ou com os titulares das Debêntures; (c) implementação das consequentes decisões da Emissora e dos titulares das Debêntures; e (d) execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado. Entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados à alteração de (i) garantias; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures, inclusive Amortização Facultativa Parcial, não são considerados reestruturação das condições das Debêntures.

8.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima serão atualizadas, anualmente, pelo IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 8.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

8.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

8.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por

cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago.

8.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.3.8. Os serviços cobertos pela remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.

8.4. Substituição

8.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

8.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

8.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição e convocar AGD para esse fim.

8.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

8.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP.

8.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data da integral liquidação das Debêntures, conforme aplicável.

8.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.5. Deveres

8.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações aqui apresentadas;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal O Dia, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (l.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (l.10) existência, no período, de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “l” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede dos Coordenadores da Oferta;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e a CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VI acima, notificar os Debenturistas e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando

o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a AGD para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações a alteração proposta; e

(t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

8.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula VI desta Escritura;

- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” da Cláusula 8.6.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da Cláusula 8.6.1 acima.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas sob esta Escritura e/ou sob quaisquer dos Contratos de Garantia, especialmente aquelas resultantes do ato de formalização, manutenção e execução, e rescisão, incluindo despesas de protocolo e registro, conforme aplicável ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 8.7 será efetuado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e antecipadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao

pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

8.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra este, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

9.1.4. Será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.2. Quórum de Instalação

9.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas),

controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 9.4.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações dos Juros Remuneratórios, Garantias, resgate antecipado, repactuação, e/ou dos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à AGD serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

9.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

9.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

9.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.3. Aplicar-se-á às AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora, nesta data e na data de emissão das Debêntures sob esta Escritura, declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- a) a Emissora é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis brasileiras e possui plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios, celebrar esta Escritura e emitir as Debêntures;
- b) a Emissora tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração desta Escritura e emissão das Debêntures e a celebração dos Contratos de Garantia, bem como para cumprir com as obrigações previstas em tais instrumentos. A celebração desta Escritura e emissão das Debêntures e a celebração dos Contratos de Garantia e o cumprimento das suas obrigações aqui previstas não violam seus documentos societários, qualquer lei, regulamento, licença já concedida nos termos desta Escritura, autorização governamental ou decisão que vincule ou seja aplicável à Emissora, nem constitui inadimplemento, nem importa em vencimento antecipado de qualquer contrato, instrumento, acordo, empréstimo ou documento de que seja parte;
- c) todas as autorizações e medidas de qualquer natureza que sejam necessárias ou obrigatórias para a celebração, emissão, cumprimento, validade, eficácia e exequibilidade desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia, conforme aplicáveis, foram obtidas ou tomadas pela Emissora, sendo aquelas que foram obtidas estão válidas e em pleno vigor e efeito;
- d) desde a data de celebração desta Escritura, não ocorreu qualquer mudança adversa relevante nas condições financeiras, econômicas ou operacionais da Emissora, assim entendida qualquer mudança adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora que comprovadamente impeça a Emissora de cumprir com suas obrigações assumidas sob esta Escritura (“Mudança Adversa Relevante”);
- e) não há ações ou procedimentos, judiciais ou administrativas, de natureza ambiental, ajuizadas contra a Emissora, no Brasil ou no exterior, de que tenha conhecimento;
- f) esta Escritura, as Debêntures e os Contratos de Garantia aplicáveis e as obrigações previstas nos referidos documentos constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- g) neste ato, na Data de Emissão e no momento da liquidação das Debêntures, a Emissora declara que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que, no melhor conhecimento da Emissora, possam diretamente causar danos sociais e ao meio ambiente;
- h) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, não ocorreu e, na presente data, não há qualquer evento de inadimplemento;
- i) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- j) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- k) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, assim como o Formulário de Referência anexo a estes, na data de sua respectiva publicação, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- l) as opiniões e análises expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- m) não há outros fatos em relação à Emissora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos, nas suas respectivas datas, seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- n) as declarações, em especial aquelas prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos nas suas respectivas datas;
- o) as demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, e informações trimestrais da Emissora disponíveis, representam corretamente a posição financeira da Emissora, em tais datas, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- p) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto pelos apontamentos e informações mencionados nos Prospectos e/ou no Formulário de Referência;
- q) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um qualquer efeito adverso relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam

afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

r) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos dos Contratos de Garantia e desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 acima; e

s) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações suficientes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

t) está em dia com o pagamento das obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

u) o seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM;

v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura e arquivamento das ata da AGE, conforme aplicável, do registro das Debêntures na CETIP e do registro dos Contratos de Garantia e seus aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

w) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos titulares das Debêntures;

x) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

y) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgado pelo IBGE, inclusive acerca da forma de cálculo dos Juros Remuneratórios, acordados por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e

z) caso o ICSD da Emissora fique abaixo de 1,30, conforme Cláusula 6.1 (q) acima, a distribuição de dividendos em qualquer valor será considerada pela Emissora e declarada

aos seus acionistas como incompatível com a situação financeira da Emissora para os fins do artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.

10.2 A Emissora obriga-se a notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente à data em que tomar ciência, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem, de forma total ou parcial, que são inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser feitos sempre por escrito, a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

BR TOWERS SPE1 S.A.
Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 14º andar, sala 3
Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04543-121
Att.: Mateus Benatti
Telefone: +55 11 4873-9800
Fax: +55 11 4873-9809
Email: tesouraria@brtowers.com

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVMLTD.A.
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar
Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04538-132
Att.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: +55 11 2172-2628
Fax: +55 11 3078-7264
Email: vrodrigues@planner.com.br; tlima@planner.com.br

Para a Interveniente Anuente:

BR TOWERS S.A.
Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 14º andar, sala 2
Att.: Mateus Benatti
Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04543-121
Telefone: +55 11 4873-9800
Fax: +55 11 4873-9809
Email: tesouraria@brtowers.com

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

04309-010 - São Paulo, SP

Att.: Luiz Petito

Telefone: +55 11 2797-4441

Fax: +55 11 5029-1920

Email: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

04309-010 - São Paulo, SP

Att.: Luiz Petito

Telefone: +55 11 2797-4441

Fax: +55 11 5029-1920

Email: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou

concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Veracidade da Documentação

11.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

11.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

11.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.5.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.6. Cômputo dos Prazos

11.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.7. Irrevogabilidade e Sucessores

11.7.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.8. Despesas e Indenização

11.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, da Agência de Classificação de Risco a ser contratada, nos termos da Cláusula 4.16.1, e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

11.8.2. A Emissora concorda em reembolsar ao Agente Fiduciário todas as despesas razoáveis e documentadas que o Agente Fiduciário incorra como resultado da proteção dos interesses e direitos dos Debenturistas sob esta Escritura e/ou sob quaisquer dos Contratos de Garantia, especialmente aquelas resultantes do ato de formalização, manutenção e execução, e rescisão, incluindo despesas de protocolo e registro, conforme aplicável.

11.9. Cessão

11.9.1. É vedada a transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura.

11.10. Termos Definidos

11.10.1. Todos os termos em letra maiúscula e definidos nesta Escritura terão os significados definidos aqui contidos quando usados em qualquer certificado, notificação ou outro documento elaborado ou entregue nos termos desta Escritura, salvo definição em contrário nos referidos documentos.

11.11. Lei Aplicável

11.11.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.12. Foro

11.12.1. Fica eleito o foro da Cidade São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de setembro de 2013.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da BR Towers SPE1 S.A.)

BR TOWERS SPE1 S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da BR Towers SPE1 S.A.)

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da BR Towers SPE1 S.A.)

BR TOWERS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da BR Towers SPE1 S.A.)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS EMISSÕES

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures:

Emissora:	BR TOWERS SPE1 S.A.
Emissão	1ª (Primeira)
Valor da emissão:	R\$251.368.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais), na Data de Emissão
Quantidade de debêntures emitidas:	251.368 (duzentas e cinquenta e um mil, trezentas e sessenta e oito) debêntures
Espécie:	Com Garantia Real
Data de Emissão:	26 de outubro de 2012
Prazo de vencimento:	26 de outubro de 2022
Garantias:	(i) Alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, de titularidade da Controladora Direta e de Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano; (ii) Cessão fiduciária de Direitos de Crédito
Eventos de resgate:	Não houve até a presente data
Amortização:	Mensalmente, a partir de 26 de outubro de 2013
Conversão:	Não conversíveis em ações
Repactuação:	Não há
Inadimplemento:	Adimplente com todas as obrigações

Emissora:	BR Towers SPE3 S.A.
Emissão	1ª (Primeira)
Valor da emissão:	R\$330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), na Data de Emissão
Quantidade de debêntures emitidas:	330.000 (trezentas e trinta mil) debêntures
Espécie:	Com Garantia Real
Data de Emissão:	16 de maio de 2013

Prazo de vencimento:	16 de maio de 2023
Garantias:	Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da BR Towers SPE3 S.A. e cessão fiduciária de recebíveis.
Eventos de resgate:	Não houve até a presente data
Amortização:	Anual, a partir de 16 de junho de 2014
Conversão:	Não conversíveis em ações
Repactuação:	Não há.
Inadimplemento:	Adimplente com todas as obrigações